

NOTA DE IMPRENSA

O **Movimento Associativo** Estudantil Nacional do Ensino Superior, **reunido nos dias 16 e 17 de dezembro**, na Escola Superior de Comunicação Social em **Lisboa**, decorreu o Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), com o intuito de debater posições que versam sobre diferentes áreas do Ensino Superior, apresenta as seguintes posições:

Exigimos que sejam **desbloqueadas as verbas necessárias** em compensação ao contrato celebrado na presente legislatura com as IES, relembrando o Primeiro-Ministro que o Ensino Superior é uma prioridade do seu governo e que não é através de despachos que desonram compromissos e **sufocam instituições fortemente subfinanciadas** que teremos uma sociedade virada para o Conhecimento. Caso **até janeiro** não seja resolvida a situação, **iremos tomar outro tipo de medidas**.

Adicionalmente consideramos que, **perante o compromisso do Ministro**, exigimos igualmente **até janeiro** que sejam **eliminadas as taxas de inscrição e de cobrança de diplomas**, bem como seja garantida a **isenção** de taxas e emolumentos dos **bolseiros** de ação social em Portugal.

Não admitimos, sob qualquer pretexto, que haja espaço para retrocesso de um direito basilar no nosso país, exigindo, igualmente, **explicações urgentes** acerca da situação lamentável e inconcebível que se verificou na **Faculdade de Direito de Lisboa**.

Apesar de reconhecermos um **aumento nas dotações orçamentais**, consideramos – como se tem vindo a verificar – que a sua execução pode estar aquém das necessidades do sistema. Criticamos, adicionalmente, **a falta de soluções práticas** relativamente à temática do **Alojamento**.

No que ainda diz respeito ao **Alojamento Académico**, solicita-se à tutela o início de uma **linha de apoio – urgente** – no sentido de dar resposta ao **maior flagelo dos últimos tempos** na Academia Portuguesa, a **falta de condições das residências**.

Foi notado ainda **problemas na plataforma de contratualização** da bolsa de estudos, solicitando urgentemente **explicações ao MCTES e à DGES**, com vista à respetiva resolução.

A **propina parcial** deverá ser fixada num valor **máximo de 50%** ao valor cobrado a tempo integral. Consideramos **indigno**, a cobrança de **propina a famílias de estudantes falecidos** ou a estudantes que abandonaram o Ensino Superior **por falta de condições económicas** comprovadas.

Que estratégia queremos para o **Regime Fundacional**? É esta a pergunta que deixamos ao Governo, desconfiados que nem o próprio sabe.

O Movimento Associativo Nacional,

Lisboa, 17 de dezembro de 2017